



USA/China

Uma Parceria para o Século XXI?

Talvez estejamos mais uma vez a tentar camuflar uma hegemonia (no caso dos USA), ou, por outro lado, a evidenciar uma ascensão a grande potência, ainda não confirmada, no caso da China.

1. A ideia de que é possível “regressar, nas relações internacionais, a um mundo bipolar, agrada a muitos. Talvez a nostalgia do tempo da guerra fria ou ainda a vontade, o desejo de relações estáveis, esteja na sua origem. A verdade é que tal ideia tem feito o seu caminho.



POR
José Conde Rodrigues

Jurista, Doutorando em Direito na Universidade Católica Portuguesa

A partir da década de noventa começamos por ter um directório a que se chamou G7¹ que evoluiu para G8 com a junção da Rússia. Depois, já neste século, avançou-se para o chamado G20², por incorporação das chamadas economias emergentes. E é no final da década que se começa a falar em G2, agora agrupando os USA e a China³.

Neste último caso, estar-se-ia perante aquilo que Niall Ferguson⁴ desig-

“A era da dominação ocidental tem os dias contados. Após duas guerras mundiais, o centro do mundo deslocou-se da Europa para a América, para agora se desviar em direcção à Ásia. Está assim a constituir-se uma nova topografia do poder. Devemos olhar para o Oriente com simpatia e respeito, mas sem ingenuidade. O que lá está a acontecer não é a continuação do nosso presente, mas o início de um novo presente”

GABOR STEINGART

O CONFLITO GLOBAL OU A GUERRA DA PROSPERIDADE, PRESENÇA, LISBOA, 2009, P.15

“The Chinese understand how lopsided the military balance is. The China challenge, accordingly, will not look like another Soviet Union, with Beijing straining to keep pace in military terms. China is more likely to remain an ‘asymmetrical superpower’”

FAREED ZAKARIA

THE POST-AMERICAN WORLD RELEASE 2.0, NORTON, NEW YORK, 2011, P.142

“China was the first world civilization to create a modern state that was not restrained by a rule of law or by institutions of accountability to limit the power of the sovereign. The only accountability in the Chinese system was moral”

FRANCIS FUKUYAMA

THE ORIGIN OF POLITICAL ORDER, PROFILE BOOKS, LONDON, 2001, P.150

“Outras sociedades, incluindo os Estados Unidos, têm reclamado a aplicabilidade universal dos seus valores e instituições. Todavia, nenhuma iguala a China na persistência numa convicção tão elevada do seu papel no mundo durante tanto tempo e face a tantas vicissitudes históricas--- e na persuasão dos vizinhos a aceitá-la”

HENRY KISSINGER

DA CHINA, QUETZAL, LISBOA, 2011, P.19

nou de Chimerica (China plus America). Ou, na visão plástica de Fareed Zakaria, “The Dragon and the Eagle”⁵.

Mas o regresso ao sonho bipolar não é algo pacífico, nem corresponderá, porventura, a um desejo subjacente às elites de cada um destes países⁶.

Talvez estejamos mais uma vez a tentar camuflar uma hegemonia (no caso dos USA), ou, por outro lado, a evidenciar uma ascensão a grande potência, ainda não confirmada, no caso da China.

Seja como for, este novo agrupamento não é evidente, nem assumido, quer por ambos os lados do binómio, quer pela restante comunidade internacional⁷. E é acerca dessa divergência entre o sonho, o desejo de alguns e a realidade, que vou procurar escrever este pequeno ensaio.

Antes, porém, começarei por situar,

numa breve síntese, o posicionamento geoestratégico dos dois “impérios”⁸.

OS E.U.A.

Os USA mantêm-se como a primeira potência, embora tenham dificuldade em resolver por si só muitas das questões mais importantes, a começar pelas de natureza transversal. Os estados encontram-se ligados por interdependências crescentes, tanto do ponto de vista de segurança como do bem-estar. A economia, as finanças, as telecomunicações, o ciberespaço como campo de mobilidade, de serviços e operacional, o terrorismo, a criminalidade transnacional organizada, a proliferação de armas de destruição em massa, as alterações climáticas, todos estes problemas

exigem respostas conjuntas da comunidade internacional, não podendo um só país resolvê-las unilateralmente⁹.

O mais significativo reconhecimento desta nova realidade, que condiciona a estratégia global dos USA, foi o abandono (até 2015), pelo menos provisório, das ambições norte-americanas de conseguir a imunidade a ataques com mísseis nucleares, através do desenvolvimento e instalação de um escudo antimíssil que parasse os mesmos em voo, sempre que estes se dirigissem ao seu território, o que os colocariam num nível de poder acima de todas as outras potências rivais e eliminaria a paridade estratégica nuclear com a Rússia proveniente dos tempos da guerra-fria.

Esta, foi, aliás, a forma dos EUA conseguirem a importante colaboração da Rússia, além do apoio às operações no Afeganistão, na resolução da questão de uma possível produção de armas nucleares pelo Irão, o que se reflecte no aumento das hipóteses de êxito das negociações de paz para tentar acabar com o conflito israelo-palestiniano. Principalmente, foi o confronto com os custos elevados que o sistema implicava, impedindo de acorrer a outras necessidades militares mais prementes, tanto para melhorar a situação financeira norte-americana, como a sua situação económica e social, além da situação militar nos diversos teatros de operações, que tem levado a alteração no posicionamento.

Mas este abrandamento das tensões russo-americanas poderá aprofundar-se no quadro da parceria estratégica NATO-Rússia e até vir a criar uma nova grande aliança, que Moscovo já disse ambicionar (o grande ocidente), desde que nela tenha lugar de destaque. Se essa aliança incluísse a ligação dos sistemas antimíssil russo e americano abrangendo a Europa e a Rússia, ela poderia mesmo prenunciar a hipótese de este conjunto de estados se estarem a resguardar contra um eventual futuro perturbador continental, situado mais a Leste que o anterior, a URSS, papel que a China poderia desempenhar, como veremos a seguir.

Apesar do astronómico deficit orçamental dos USA, 1.4 milhões de milhões de dólares (11% do PIB), os norte-americanos, que ainda marcam a agenda internacional, continuam a constituir a maior potência militar da história--- a grande distancia das restantes ---,

e são a número um no domínio do conhecimento e tecnologia (soft power, na expressão de Joseph Nye¹⁰), assim como a maior economia do mundo.

Mas os USA alteraram a forma de abordar os problemas internacionais, como mostra a sua atitude em relação ao Irão, ao conflito israelo-palestiniano, ou ainda quanto ao modo como está a ser abordada a situação no Afeganistão e subcontinente indiano, às alterações climáticas e, acima de tudo, à crise financeira e económica. De uma abordagem unilateral, que caracterizou, grosso modo, o primeiro mandato do presidente Bush (George W), passaram agir de forma crescentemente multilateral no segundo mandato. E este multilateralismo atinge expressão claramente dominante no actual mandato do Presidente Obama.

QUANTO À CHINA

A China é um país-continente. Tão grande que, desde sempre, se anuncia a si própria, se dá a conhecer, como o Império do Meio, o centro do mundo¹¹. Mas a China, que é, também, uma parceira dos USA em termos económicos, com quem estes têm uma relação que ambos precisam de manter, mostrou-se indispensável para enfrentar a crise financeira de 2007.

A mesma China, não apenas fez reverter rapidamente a sua crise específica, como tem conseguido um crescimento económico sempre perto dos dois dígitos na última década.

Tornou-se no segundo país do mundo com mais gastos militares a seguir aos Estados Unidos, progride rapidamente no que respeita ao conhecimento e avança na investigação científica e tecnológica, na produção produtos sofisticados, bem como no campo da educação.

Arrenda terras para produção em África e no Brasil e disputa com os países vizinhos o controlo dos mares à sua volta, apetrechando-se cada vez mais como potência marítima. Aliás, como dizia recentemente Robert P. Kaplan, a propósito do futuro da Ásia, “A Europa é uma paisagem terrestre; a Ásia Oriental é uma paisagem marítima. Nisto reside a diferença crucial entre os séculos XX e XXI”¹².

A pergunta, no entanto, será a de saber se a China assume, como líder da Ásia, o papel de “nação indispensável”, como em tempos o ex. Presidente Bill Clinton designou os próprios USA.

Mas vejamos então se faz sentido uma nova parceria estratégica, quer em função da globalização da política internacional¹³, quer tendo em conta os princípios e valores subjacentes a cada uma das potências.

2. Em primeiro lugar, torna-se fundamental afirmar que vivemos numa fase de recomposição das relações internacionais, quer à escala regional quer à escala mundial¹⁴.

Afloram novos conflitos, renascem velhas disputas, tudo tendo como pano de fundo a globalização financeira, o reforço das identidades culturais, bem como algum fervor religioso.

Para alguns, será o momento para uma grande aliança entre civilizações¹⁵, para outros poderá ser o tempo do seu choque¹⁶. O certo é que, mesmo para quem considere que vivemos num “mundo de soma zero”¹⁷, a conflitualidade das velhas relações de poder não desapareceu.

Mais, em muitos casos, o crescimento da população e a tão falada insustentabilidade dos recursos no médio e longo prazo acentuarão mesmo essa carga conflitual. É então que se põe a questão das novas parcerias dos diversos actores internacionais.

A Europa que declina, a Ásia Oriental que renasce¹⁸. Os USA que vacilam¹⁹, a Rússia que tenta segurar o seu papel no “grande xadrez” internacional²⁰.

Mas deixemos de lado a Europa e a Rússia. Agora interessam-nos as relações entre os USA e a China.



Na verdade, tanto os USA como a China tem muito a perder se procurarem abordar as crises do mundo de hoje de forma isolada ou em confronto manifesto

3. A ideia de criar um novo directório mundial entre estes dois países surge, essencialmente, com a presidência de Obama e a ideia subjacente a alguns dos seus conselheiros de política externa de que a relação com a China deve assentar na expressão: “more cooperation on more issues more often”²¹. Esta posição, logo do início da Administração Obama teve, no entanto, bons apoiantes.

Henry Kissinger²², por exemplo, veio pedir que a relação entre os USA e a China passasse para um novo patamar. E Zbigniew Brzezinski²³ veio defender a criação dum G2, uma nova parceria, comprometendo a China e os USA no combate à crise financeira pós-2007, resultante do “sub-prime”; abordasse de frente as mudanças climáticas; limitasse a proliferação das armas de destruição maciça e, até, eventualmente resolver os problemas endémicos no médio-oriente entre israelitas e palestinianos. Ou seja, apesar de todas as dúvidas (ou certezas de alguns), sobre o carácter não democrático do regime chinês, ou sobre o seu desrespeito pelos direitos humanos, ou ainda as críticas acerca da utilização dos excedentes financeiros para alavancar o mercado da dívida americana (ou a posição sobre a Coreia do Norte, o Irão ou o ataque aos recursos naturais em África), a verdade é que muitas vezes começaram a clamar por esta nova entente, por este novo directório estratégico para o mundo actual.

No fundo, para todos os seus defensores, o apelo à parceria, ao diálogo estratégico, ao consenso, entre estas duas potências, de modo a fazer mais e melhor pelo mundo, parece inquestionável. Para uns, para impor uma nova ordem no mundo, nada melhor que unir a “hiperpotência”²⁴ do final do século XX, com a potência desafiante do século XXI²⁵.

Na verdade, tanto os USA como a China tem muito a perder se procurarem abordar as crises do mundo de hoje de forma isolada ou em confronto manifesto.

Efectivamente, a escala dos problemas, bem como o seu elevado grau de interdependência, somados ao uso das novas tecnologias pelas opiniões públicas em cada zona do globo, dificultam sobremaneira essa tarefa²⁶.

Mas será que este desejo, ou mesmo esta necessidade de cooperação significará que algum dos países em causa quererá abandonar os seus valores de



No fundo, para todos os seus defensores, o apelo à parceria, ao diálogo estratégico, ao consenso, entre estas duas potências, de modo a fazer mais e melhor pelo mundo, parece inquestionável. Para uns, para impor uma nova ordem no mundo, nada melhor que unir a "hiperpotência" do final do século XX, com a potência desafiante do século XXI

partida, bem como o seu posicionamento geopolítico e geoestratégico, baseado na retórica clássica do confronto

4. Os exemplos dos outros directórios anteriores, muitos até sobrepostos no tempo, não o parecem evidenciar²⁷. Continuamos a usar o G8, o G20 e as organizações clássicas, como a ONU ou o FMI (ou ainda as novas organizações de carácter mais sectorial ou regional), sem que isso signifique abdicar do velho, mas ainda insubstituível, discurso sobre a soberania, o poder e o território. Ou seja, apesar de todas as tentativas de coordenação já ensaiadas, continua a não existir um sinal claro de avanço nas diversas áreas de dimensão supranacional já assinaladas.

Veja-se o que acontece neste momento com a crise da dívida nos países da Europa, ou ainda o que sucede no combate à poluição resultante do excesso de carbono na atmosfera, só para dar dois exemplos.

É certo que, em qualquer destes exemplos atrás referidos, uma parceria estratégica entre a China e os USA pode-

ria ser posta no terreno com previsível utilidade para o nosso futuro comum.

Mas na prática o que teríamos.

5. Essa parceria contribuiria para elevar expectativas a um nível de cooperação difícil de legitimar, quer interna quer externamente, pelos dois Impérios. Podendo levar, inclusive, ao exacerbamento das diferenças que se pretendem diluir nas relações entre Washington e Pequim.

No fundo, apesar de algumas boas vontades, a verdade é que as diferenças não resultam tanto do facto dos seus dirigentes quererem ignorar a relação bilateral, mas antes da diversidade intrínseca dos respectivos interesses nacionais, dos seus valores histórico-culturais, bem como das respectivas capacidades adquiridas pela evolução tecnológica.

Isto é, na visão mais conservadora²⁸, os USA devem resistir à tentação pacifista e cosmopolita de iniciar um diálogo ao mais alto nível, antes devendo favorecer uma abordagem multilateral, flexível, com diversos graus de aproximação a Pequim.

Uma aproximação que não ponha em causa os interesses do "grande ocidente", nem os valores e princípios que lhe subjazem. Ou seja, nesta mesma visão, o Presidente Obama e a sua equipa devem continuar a trabalhar com a China de modo a procurar resolver os diversos problemas mundiais, mas sem descurar os problemas que a própria China traz ao mundo em consequência da sua ascensão económica, política e militar.

É certo, também, que tal não pode fazer esquecer pontos em comum no domínio da política externa, como sejam: manutenção do crescimento económico em mercado aberto e global, manutenção da estabilidade na Ásia Oriental, bem como tentar controlar o impacto negativo das alterações no clima (sem pôr em causa o crescimento da economia), ou ainda a cooperação contra o terrorismo (onde a China aproveitada para jogar com o Tibete e Xinjiang) ou ainda, mais recentemente, a colaboração na luta contra a pirataria no Índico (mar cada vez mais estratégico para os interesses chineses²⁹).

Mas o reconhecimento da importância da China, para uma eventual parceria estratégica a dois, não pode fazer esquecer as dificuldades e os conflitos já havidos entre os dois países e que continuam a minar as suas relações.

Como alguém dizia, afinal, após trinta anos de envolvimento (ida de Nixon à China), os USA e a China ainda continuam em desacordo sobre o modo como deve funcionar o mundo.

6. Um significativo obstáculo a uma efectiva cooperação G2 é a grande diferença na visão sobre o papel da soberania na cena internacional, assim bem como da sua violação e respectivas sanções, o mesmo se passando com o uso da força por cada país, no domínio da ingerência humanitária³⁰. Por outro lado, as necessidades de Pequim em matérias-primas, brigam frequentemente com os esforços do Ocidente para garantir o mínimo de protecção em matéria de direitos humanos nos países em desenvolvimento, sobretudo em África e Ásia. (os exemplos multiplicam-se no Sudão, na República Democrática do Congo, no Zimbabué ou em Myanmar (antiga Burma).

Outro exemplo de choque encontra-se na política em relação ao Irão. É

daqui que a China retira grande parte do seu petróleo, pondo aí em causa os interesses do Ocidente (incluindo Israel que querem contrariar o programa nuclear deste país). Ou ainda, na mesma linha de confronto, se poderá citar o apoio dos USA a Taiwan, ao Japão ou à Coreia do Sul, contra os interesses estratégicos da China.

Aliás, nesta relação de compatibilidade difícil, também se encontra cada vez mais a disputa pela soberania no chamado Mar do Sul da China, onde esta, a propósito da discussão da pertença das ilhas Spratley e Paracel, arrisca o equilíbrio regional, ameaçando mesmo afectar o comércio marítimo de grande importância para todo o mundo e que passa pela zona (há quem diga que o próximo conflito mundial estalará aí sendo uma nova guerra pela supremacia dos mares³¹).

Noutro domínio, o das relações económicas e financeiras o passo também não consegue ser acertado. Com efeito, são patentes as divergências entre os dois Estados quanto ao peso relativo do yuan nas transacções económicas internacionais, bem como as diferenças em matéria de direitos de propriedade intelectual ou nas barreiras técnicas à importação de novas tecnologias. Já para não falar na dificuldade chinesa em lidar com cláusulas sociais em matéria laboral ou direitos dos consumidores, etc.

7. Enfim, não existindo apenas espinhos, a verdade é que nem tudo são rosas quer na relação entre os dois Impérios, quer num quadro mais vasto, o num nível bilateral. E, se as relações acabam por não chegar à fase do conflito, a verdade é que mantêm um nível de queixume e recriminações mútuas de elevado potencial.

Mas tal também significa cada vez



Também sabemos que, como dizia Karl Popper, o “futuro está sempre em aberto”, nada nos garantindo que nele não poderá caber uma nova geometria estratégica a dois: o G2

mais que, outros, além dos USA, sentem a importância da cooperação com a China para a resolução dos problemas mundiais. Isto é, para além da história milenar³² como estado, a China representa actualmente uma potência incontornável para a paz e desenvolvimento da humanidade.

Ficamos sempre espantados com a

sua evolução e estamos todos conscientes que o nosso futuro colectivo depende das contradições e potencialidades do Império do Meio.

Tal implicará então um quadro mais aberto e flexível, na base de parcerias para o pacífico³³ ou outras abordagens multilaterais onde a Europa não pode ser esquecida (e não se pode deixar ficar para trás como, infelizmente, tem vindo a acontecer³⁴).

Em África³⁵, por exemplo, a China começa a consolidar a sua presença quando, há uns anos, os USA pareciam ter dado um grande passo com o Programa Millennium 2000 (George W.). E sabemos como o crescimento económico do Ocidente depende da performance africana. Mas como se constata, também aqui, a América não tem interesse num qualquer G2.

8. Mas independentemente de termos no futuro próximo, o que vimos ser cada vez mais improvável, algum G2, é fundamental que os USA não alienem o seu papel liderante do Ocidente, bem como não percam a legitimidade dos seus princípios fundadores.

Os USA têm que actuar com coerência, só com uma face, sem contradição evidente, entre a retórica liberal de apoio à democracia e à liberdade³⁶ e a prática política internacional. Isto é, devem continuar a assumir a sua função de defesa dos interesses do mundo livre.

Trabalhar em conjunto com a China, mas ainda sem uma verdadeira parceria estratégica num quadro bilateral, será o futuro mais provável para as relações entre os dois países.

Mas também sabemos que, como dizia Karl Popper, o “futuro está sempre em aberto”, nada nos garantindo que nele não poderá caber uma nova geometria estratégica a dois: o G2. ■

NOTAS

¹ G7 é a designação de uma reunião informal das sete maiores economias do mundo (USA, Alemanha, Japão, Canadá, Reino Unido, Itália, França). Esta plataforma passou a sobrepor-se, de um modo mediático, às reuniões do cenário internacional.

² Na primeira metade da última década, ao G8 passaram a juntar-se os líderes das chamadas potências emergentes num sinal de

abrangência do Norte para Sul, de Ocidente para Oriente.

³ A ideia de um G2, enquanto nova parceria estratégica surge, a propósito da crise económica de 2007 e na sua sequência. A ideia, como tentarei mostrar neste breve ensaio, acaba por não ter ainda o grau de concretização que possui o G20, ser o embrião.

⁴ Niall Ferguson, citado por Fareed Zakaria, *The Post-American World, Release 2.0*, Norton, New York, 2011, p. 142. Ver ainda com interesse para as relações entre o Ocidente e Oriente, o mais recente livro de Niall Ferguson, *Civilization, The West and the Rest*, Allen Lane, Londres, 2001, *passim*.

⁵ Fareed Zakaria, *ob cit*, p. 136.

⁶ Ver, a este propósito, a entrevista do antigo

Ministro dos Negócios da China, Li ZhaoXing, onde este diz que não do interesse da China assumir qualquer G2. Isto do seu ponto de vista e citando do próprio Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabo, aquando da sua visita a Praga, em 2009, por ocasião da cimeira EU-China, para quem a perspectiva de um G2 é contra o espírito de independência que caracteriza a política externa chinesa, in *Jornal de Negócios*, 30.12.11, p.34.

⁷ Sobre este tema e o modo como tem sido abordado, ver o ensaio de Wen Xinbo, *The Promise and limitation of Sino-U.S. Partnership*, in *Global powers in The 21st Century: Strategies and Relations*, edited by Alexander T. J. Lennon and Amanda Grat Kozlowski, *The Washington Quarterly*, 2008, p. 137 e ss.

⁸ O ponto de vista de que os USA e a China têm um estatuto imperial, decorre da sua história, mas também tem em conta a respectiva dimensão populacional, território e capacidade de projectar poder. Sobre o tema, com interesse, o livro de Deepak Lal, *O Elogio dos Impérios – Globalização e Ordem, Europa-América*, Lisboa, 2007, passim. Bem como Emanuel Tood, *Após o Império- Ensaio Sobre a Decomposição do Sistema Americano*, Edições 70, Lisboa, 2002, passim. Ou, numa abordagem que se centra no tema deste ensaio, o livro de François Leuget, *A Guerra Dos Impérios - A China contra os Estados Unidos da América*, Bertrand Editora, Lisboa, 2011, p.7, onde se afirma que “O mundo das relações internacionais, tal como o das finanças, tem uma enfadonha tendência para contar histórias. Também ele cria bolhas especulativas. Bolhas cujo destino inexorável é o mercado financeiro (...). O G2 é a última ilustração desse fenómeno: um condomínio sino-americano administraria o planeta e teria a seu cargo o bem comum tendo por missão conduzir a saída da crise e reimplantar o capitalismo. O mito do G2 tem a sua iconografia --- nas fotografias de apertos de mão entre o presidente Obama e o seu homólogo chinês, Hu Jintao sorridentes, simbolizando a amizade e a responsabilidade. Partilhando directamente os desafios que aguardam o mundo e a crise financeira que, evidentemente, não terminou”.

⁹ Para uma análise prospectiva sobre os USA e a China ver, entre outros, Vários, *O Mundo em 2020, Bizâncio*, Lisboa, 2009, pp. 142 a 165. Entre nós, com interesse, António Loureiro dos Santos, *As Guerras Que Aí Estão e as Que nos Esperam, Europa- América*, Lisboa, p. 28 e ss e Tiago Vasconcelos, *A Ascensão da China – Acomodação pacífica ou grande Guerra?*, Almedina, Coimbra, 2008, passim.

¹⁰ Joseph Nye aborda este tema, com recurso aos clássicos Lao Tsu (630 a. C.) e Maquiavel (1513), no seu livro *Liderança e Poder*, Gradiva, Lisboa, 2009, passim.

¹¹ Sobre este tema e fazendo a análise do papel da China no mundo antigo, bem como da sua representação como nação, ver o livro de Harry G. Gelber, *O Dragão e os Diabos estrangeiros – A China e o Mundo, de 1100 a. C. até à Actualidade, Guerra e Paz*, Lisboa, 2008, passim. Ou ainda, numa perspectiva mais económica, o livro de David Smith, *O Dragão e o Elefante, China, Índia e a Nova Ordem Mundial, Europa-América*,

Lisboa, 2007, passim.

¹² Robert. D. Kaplan desenvolve este tema num ensaio publicado na *Foreign Policy*, nº 24, Outubro/Novembro, 2011, p. 70 e ss. Sobre o exercício do poder, bem como sobre o recrutamentos da elite dirigente na China, ver livro de Fabio Cavallera, *República INpopular da China, As Grandes Mudanças e os Grandes Dirigentes desde Mao até ao século XXI*, Editorial Presença, Lisboa, 2010, passim.

¹³ Ver sobre o tema o livro de John Baylis e Steve Smith, *The Globalization of World Politics – An Introduction To International Relations*, Oxford University Press, Oxford, 2006- Em particular sobre a ascensão da China, p.145 e ss. Numa análise mais próxima das questões comerciais, ver ainda o livro de Federico Rampini, *O Século Chinês*, Editorial Presença, Lisboa, 2006, passim. Sobre as relações Portugal/China no novo contexto geoeconómico global, ver Luis Monteiro, *Portugal e a China – Uma Relação de Futuro*, Almedina, Coimbra, 2001, passim.

¹⁴ Idem, cfr. as duas obras citadas supra.

¹⁵ Fazendo referência à agenda lançada pelas Nações Unidas, tendo como objectivo a superação dos conflitos internacionais, sobretudo de natureza religiosa (coordenada pelo ex. presidente português Jorge Sampaio).

¹⁶ Sobre a ideia de corremos o risco de um “choque de civilizações”, por todos, Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações a as Mudanças da Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 2006. passim.

¹⁷ Para usar o título do livro recente de Guideon Rachan, *O Mundo de Soma Zero – As políticas, o poder e a Prosperidade Depois do Crash*, Quetzal, Lisboa, 2011, assim.

¹⁸ Sobre a ascensão da Ásia, ver ensaio da *Foreign Policy*, nº 11, Agosto/Novembro de 2009, p. 22 e ss. Ou ainda Parag Khanna, *O Segundo Mundo – Como as Potências Emergentes estão a Redefinir a Concorrência Global no Século XXI*, Editorial Presença, 2009, passim.

¹⁹ Sobre a perda de poder dos USA, entre muitos, o livro de Zbigniew Brezinski, *Second Chance – Thre Presidents and The Crisis of American Superpower*, Basic Books, New York, 2007, passim, bem como os livros, já citados, de Emanuel Tood e Fared Zakaria. Também se pode ver com grande interesse, o número que a *Foreign Affairs* dedicou ao tema (edição May/June 2008).

²⁰ A Rússia tenta renascer como potência após o choque do fim da Guerra-Fria. Potência territorial por excelência, passa agora pela prova difícil da recuperação económica e da perda geográfica. A sua situação política é, neste momento, de alguma instabilidade, num ano marcado por importantes actos eleitorais.

²¹ Ver sobre este ponto o ensaio de Elizabeth C. Economy e Adam Legal, *The G2 Mirage- Why the United States and China are not ready to Upper Ties*, p.14 a 23, in *Foreign Affairs*, May/June 2009.

²² Citado pelos autores mencionados na nota supra.

²³ Idem.

²⁴ Como, sobretudo os franceses, começaram a designar os USA, após a expressão usada pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Hubert Vedrine.

²⁵ Ver *The Pos-American*, cit., p. 101, onde o autor designa a China como “A Challenger”.

²⁶ Veja-se o que tem acontecido com a designada “Primavera Árabe”, ao longo do último ano.

²⁷ Isto é, com todas as relações e contactos regulares, mais ou menos formais, entre potência, não se têm evitado os conflitos internacionais, nem muito menos os problemas concretos da humanidade e de cada ser humano em particular.

²⁸ Ver artigo de Elizabeth C. Economy e Adam Legal, já citado supra, onde estes criticam o interesse e a oportunidade de um qualquer G2, a partir de uma visão conservadora, baseada no interesse nacional, de base comunitarista.

²⁹ Como, aliás, já o fora até ao século XV quando, por decisão imperial, se fecharam ao mar e, conseqüentemente, ao mundo. Até aí a China era uma grande potência naval e a sua expansão marítima, com a correspondente diáspora, faziam dela a principal potência mundial.

³⁰ É a partir deste conceito das Relações Internacionais e do Direito Internacional moderno que, nos últimos anos se tem feito grande parte da projecção de força armada em teatros de guerra.

³¹ Cfr. Robert D. Kaplan, ensaio já cit. supra, p. 73, onde afirma que o próximo grande conflito mundial será pelo domínio dos mares e terá o seu epicentro nessa zona da Ásia. Ver ainda, entre nós com interesse, Pedro Pezarat Correia, *Manual de Estratégia*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2010, p. 442 e ss.

³² Sobre a história da China e das suas relações internacionais ver Stepfen G. Haw, *História da China*, Tinta da China, Lisboa, 2008, passim; Henry Kissinger, *Da China*, Quetzal, Lisboa 2011, passim. Sobre a China como primeiro Estado na história da Humanidade, ver Francis Fukuyama, *The Origins Of Political Order*, Principle Books, Londres, 2011, p. 150 e ss.

³³ Ver sobre a importância destas Parcerias para a Ásia, *Foreign Policy*, nº 11, Agosto/Setembro 2009, p. 22 e ss.

³⁴ Sobre a crescente presença da China em África, ver Serge Michel e Michel Beret, *O Safari Chinês- Pequim à Conquista do Continente Negro*, Dom Quixote, Lisboa, 2009, passim.

³⁵ Ver sobre o apagamento do papel da Europa na cena internacional, entre outros, o livro de Henrique Raposo, *Um Mundo Sem Europeus, Guerra e Paz*, Lisboa, 2010, passim. Ou, ainda, o recente livro de Dambisa Moio, *A Decadência do Ocidente*, Bertrand Editora, Lisboa, 2012, especialmente p. 15 e ss.

³⁶ Sob este ponto de vista das relações internacionais, por parte dos USA, ver Francis Fukuyama, *Depois dos Neoconservadores - A América na Encruzilhada*, Gradiva, Lisboa, 2006, passim.